

Cascavel, 22 de julho de 2022.

Referência: Processo nº 002158/2022

Pregão Eletrônico 952/2022 – UNIOESTE/HUOP

Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos médico-hospitalares para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP

Ementa: *Análise de pedido de recurso em face da desclassificação no item 01 da empresa R.C. Móveis LTDA.*

I - DOS FATOS

Trata-se de recurso protocolado pela empresa R.C. Móveis LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 02.377.937/0001-06, a qual apresentou, tempestivamente, as suas RAZÕES RECURSAIS relativas ao PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe pelas razões expostas a seguir:

“Ao
Hospital Universitário do Oeste do Paraná
Att.: Sr. Pregoeiro e Comissão de Apoio e Técnica
Pregão Eletrônico 952/2022
Processo Administrativo nº 002158/2022

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos médico-hospitalares para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

Ref.: Item 01 – 08 unidades Maca para transporte de paciente

R.C. Móveis Ltda, empresa inscrita no CNPJ sob nº 02.377.937/0001-06, sediada à Av. Moises Forti nº 1.230, Distrito Industrial, na cidade de Capivari, Estado de São Paulo, CEP 13368-100, por intermédio de sua representante, que esta subscreve, tempestivamente, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, com fulcro no art. 5º, inc. XXXIV e LV da Constituição Federal, no art. 56, § 1º da Lei nº 9.784/99, Lei Federal 8.666/1993, Lei Federal nº 6.360/1976, RDC's Anvisa, Edital 952/2022, na qualidade de licitante, apresentar com arrimo na legislação de regência,

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra o Resultado do Pregão Eletrônico nº 952/2022, pelos motivos abaixo, rogando que o mesmo seja reconsiderado e ou encaminhado à Autoridade Superior, conforme dispõe a Lei nº 9.784/99 no art. 56, § 1º, transcrito abaixo:

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme prevê o edital no item 13 - DA INTENÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO E ENCERRAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA, o prazo para envio das Razões do Recurso é de 03 (três) dias úteis. A intenção de recurso foi colacionada no dia 08/07/2022 iniciando-se o prazo no dia útil seguinte conforme dispõe a legislação pátria, no presente caso o dia 11/07/2022, portanto, plenamente tempestivo o presente, tendo em vista que os prazos iniciam-se no dia seguinte ao fato gerador.

Lei 8.666/1993 - art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

TCU - ACÓRDÃO 726/2017 - PRIMEIRA CÂMARA Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES Processo: 042.506/2012-3 Tipo de processo: APOSENTADORIA (APOS) Data da sessão: 14/02/2017 Número da ata: 4/2017 “4. O termo inicial para a impetração é a data da ciência do ato, mas a contagem só tem início no primeiro dia útil seguinte e, caso o termo final recaia em feriado forense ou dia não útil (sábado ou domingo), prorroga-se automaticamente o término do prazo para o primeiro dia útil que se seguir. A observância do prazo inicial e final para o exercício do direito à ação de mandado de segurança não deve se afastar do que dispõe o artigo 184 do CPC, uma vez que não há previsão específica para o cômputo do prazo na Lei 1.533/51, bem como na nova Lei 12.016/09. Precedentes: EREsp 964.787/DF, Primeira Seção, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 09.12.2008; RMS 22.573/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 24.2.2010; REsp 201.111/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ de 26.3.2007; AgMS 21.356/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Paulo Brossard, DJ de 18.10.1991; MS 24.505 AgR/DF, Tribunal Pleno, Min. Carlos Velloso, DJ de 14.11.2003.”

Solicitamos, desta forma, o acolhimento e apreciação das razões abaixo apresentadas.

II. DOS FATOS

Com a finalidade de cumprir, de forma integral, ao que dispõe os princípios e normas que regem o processo licitatório, esta Recursante vem requerer ao (a) Ilmo (a) Pregoeiro (a), que avalie o presente Recurso e consequentemente reveja os Atos que culminaram na desclassificação da empresa RC Móveis.

levamos nossa consideração ao Senhor Pregoeiro, a Douta Equipe de Apoio e Equipe Técnica, e, esclarecemos que o objetivo deste Recurso não é o de procrastinar o bom e regular andamento do processo licitatório, mas sim esclarecer os pontos que necessitam ser revistos na decisão proferida, pois se mantidos provocarão prejuízos e a violação dos princípios e regras que regulam o processo licitatório, maculando a confiança nas deliberações desta Comissão.

A empresa RC Móveis, participou do certame apresentando proposta para, entre outros, o item 01 – Maca para transporte de paciente, ofertando o modelo RC 324, marca e fabricante RC Móveis, registrado na Anvisa sob nº 80316080018, no valor unitário final, após a fase de lances, de R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais), sagrando-se vencedora.

Ocorre que, após a análise dos documentos técnicos e proposta comercial enviada pela RC Móveis, a empresa foi desclassificada com a alegação que “: *Edital pede: “com sistema de proteção antiesmagamento de dedos;”, ofertado não possui”*”.

Ficamos pasmos com o motivo informado que culminou na desclassificação desta Recorrente, uma vez que todos os nossos produtos são registrados na ANVISA seguindo todos os parâmetros de segurança exigidos.

Acreditamos que houve um lapso de interpretação textual entre o que está descrito no edital e as especificações descritas na proposta da RC Móveis. Todavia, para elucidarmos a situação e agilizarmos o processo faremos uma “tradução textual” da especificação apresentada pela empresa, comprovando que o produto ofertado atende ao solicitado:

Em nossa proposta descrevemos: “Grades Laterais: Confeccionadas em tubo de aço inoxidável, com balaústres em tubo de aço inoxidável, com sistema escamoteável e engate rápido, com altura de 30cm. “.

SISTEMA CONSTRUTIVO ATRAVÉS DE BALAUSTRÉS, ou seja, o desenho de construção dos balaústres, não sendo retos, aplicado ao MOVIMENTO DO TIPO ESCAMOTEÁVEL é o que

garante que este sistema não gera aprisionamento, atrelado a isso, a trava da grade é um SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO bastando puxar que já ocorre o travamento, não gerando, portanto, aprisionamento dos dedos e mãos.

O processo de fabricação dos produtos de uso hospitalar RC Móveis é submetido a diversos testes afim de se comprovar a segurança para o paciente e para os profissionais que manusearão o equipamento, sendo esta uma premissa fundamental na empresa.

Outro fato que nos causa espanto é a avaliação feita da proposta enviada pela empresa declarada vencedora do certame. Como pode-se constatar em sua proposta na página 3, onde a concorrente traz o descritivo técnico do material, está claro que o produto ofertado está em total desacordo com as características solicitadas em edital, conforme pode-se verificar na transcrição abaixo.

“ITEM 01: MACA HOSPITALAR - MODELO: STIX - MARCA: STRYKER

6300000200 MACA STI-X COM CONFIGURACAO PARA RAIOS X

- *Maca hospitalar lavável.*
- *Capacidade para 250 Kgs.*
- *Trendelemburg/ Trendelemburg reverso +/- 16°*
- *Plataforma dupla de raios X*
- *Articulação Fowler de 0° a 90°*
- *Diâmetro das rodas: 20 cm com calotas plásticas para proteção*
- *Altura variável da maca de 61 cm a 91 cm através de sistema hidráulico acionado por pedais permitindo acesso fácil ao paciente.*
- *Dimensões da maca: Comprimento: 217cm e Largura: 79cm.*
- *Dimensões da superfície do paciente: Comprimento 193cm e Largura 62cm, Colchão: 8 cm de altura.*
- *GRADES PROTETORAS EM AMBOS OS LADOS.*
- *Quatro encaixes para suporte de soro.*
- *Acionamento Trendelenburg/Reverso através de pedais.*
- *Sistema de freio central nas quatro rodas e direcionamento em caso de transporte (5ª roda).”*

Senhores, algo muito estranho ocorreu no momento da verificação das especificações técnicas da proposta do produto ofertado pela empresa Stryker, pois a mesma diz sobre as GRADES que SÃO PROTETORAS EM AMBOS OS LADOS.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP



Onde consta o tipo de material construtivo? O edital solicitou em AÇO INOX.

Onde consta o comprimento total da grade? O edital solicitou com no mínimo 1,30cm.

Onde consta o sistema de proteção dos dedos?

Onde consta os acessórios?

Estamos claramente diante de duas análises completamente diferentes para as duas empresas, RC Móveis e Stryker; para a RC Móveis não analisaram que o sistema ofertado realmente está condizente com o edital; já para a Stryker nem se importaram que não consta várias especificações do edital.

Prejuízo para a RC, que ofertou todas as especificações solicitadas; vitória para a Stryker que pouco ofertou. Muito estranho!!!!

Além dos pontos mencionados acima, trazemos também demais características solicitadas em edital na qual a empresa Stryker NÃO INFORMA EM SUA PROPOSTA, assim como não traz de forma clara quais características o modelo ofertado possui uma vez que o edital descreve algumas possibilidades em relação ao tipo de material que devem ser ofertados em sua estrutura, grades, sendo elas:

- Com estrutura construída em aço com pintura eletrostática;
- Altura do chão até a plataforma de repouso da maca variável (+/- 5%): posição baixa de 0,57 m e posição alta de 0,88 m;
- Possuir grade lateral protetora escamoteável em ambos os lados construídas em tubo de aço inox ou alumínio, ou grade lateral com função prancha em material plástico, com acionamento manual e no botão/trava para assegurar o recolhimento com segurança das grades;
- Estrutura da grade confeccionada em aço inox ou níquel-cromo, acabamento em material plástico ou inox, na parte superior, com altura acima da plataforma de repouso de no mínimo 30 cm,
- Comprimento total da grade de no mínimo 130 cm com sistema de proteção antiesmagamento de dedos;
- Possuir protetores no mínimo nos 4 cantos da maca;

DIMENSÕES APROXIMADAS (+/- 5%):

- Largura total (com grades elevadas): 80 cm;
- Comprimento total: 210 cm;
- Largura da plataforma de repouso: mínimo de 60 cm;
- Comprimento da plataforma de repouso: 190 cm;



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP



- Possuir sistema central de freio (um único pedal trava todas as rodas simultaneamente) e de direção acionados através de pedal localizados nas extremidades da cabeça, dos pés e laterais;
- Permitir posição fowler com comando pneumático ou acionado manualmente por alavancas e que possua fácil funcionamento, com variação de 0° a 90°;
- Possuir manoplas articuláveis em formato ergonômico para facilitar o transporte, localizadas na cabeceira, em material resistente e lavável;
- Possuir no mínimo 1 suportes/ganchos de cada lado das laterais da maca para bolsa de drenagem;

ACESSÓRIOS

- 01 suporte de soro (mínimo) em aço inoxidável ou cromado, integrado a maca localizado na cabeceira e rebatível, com no mínimo 02 estágios
- 01 Suporte de cilindro de Oxigênio, embutido ou acoplado;
- 01 colchão com espuma em poliuretano flexível com altura mínima de 10 cm, capa com tecido macio, elástico e impermeável, com velcro na parte inferior para não deslizar no estrado. Costuras laterais seladas por solda de radiofrequência para evitar a entrada de líquidos e reduzir o risco de infecção, com propriedades antifúngicas e dimensões compatíveis com a maca.

TODAS AS CACTERISTICAS ACIMA MENCIONADAS NÃO FORAM DESCRITAS EM NENHUM MOMENTO NA PROPOSTA ENVIADA PELA EMPRESA STRYKER, FICANDO CLARO QUE A PROPOSTA ESTÁ EM TOTAL DESACORDO COM O EDITAL.

Ficamos indignados com a discrepância na avaliação entre a proposta enviada pela RC Móveis e a proposta enviada pela empresa Stryker, uma vez que a concorrente não descreve em nenhum momento tais características descritas acima como qual o material que será utilizado para a fabricação das grades, da estrutura, dimensões da grade... e quando descritas como o colchão, altura mínima/máxima, dimensões da maca/leito o mesmo traz total divergência do solicitado.

O edital é claro “Deverá conter todos os acessórios que permitam o perfeito funcionamento do item”, onde estão os acessórios como suporte de cilindro, ganchos laterais, manoplas na proposta enviada pela empresa Stryker????

O que nos causa ainda mais estranheza é que a empresa RC Móveis descreveu todas as características técnicas do modelo ofertado, inclusive o ponto da desclassificação da empresa, sendo que este está muito claro em nossa especificação, somente escrito de forma diferente do que está no edital, uma clara interpretação textual.

Todos os produtos ofertados pela empresa são fabricados para total segurança do paciente, inclusive as grades que evitam o esmagamento de dedos.

Por fim, voltamos a ressaltar que o descritivo apresentado pela empresa Stryker está totalmente em desacordo.

Este lapso por parte da Equipe Técnica custou a desclassificação da RC Móveis, empresa que ofertou MENOR VALOR que a concorrente arrematante atual, com um produto que integralmente atende as especificações do edital e ao interesse público, e, estamos devidamente regularizados na Anvisa em todas as características ao solicitado.

Esclarecemos que ofertamos um equipamento que atende integralmente as especificações do edital, e, estamos devidamente regularizados na Anvisa em todas as características ao solicitado.

Portanto, ao desclassificar a empresa RC Móveis, feriram-se os princípios licitatórios norteadores da aquisição por parte de um ente público, maculou toda a segurança jurídica e técnica do certame, cabendo urgentemente revisão desta decisão.

Mediante estes fatos indiscutíveis o Sr. Pregoeiro, e, ou Autoridade Superior, podem rever o ato que culminou na desclassificação da empresa RC Móveis, a fim de preservar a legalidade do processo e a isonomia entre os licitantes; trata-se do poder-dever de autotutela dos atos administrativos, preconizado pela Súmula nº 473 do Superior Tribunal Federal.

III. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher e analisar as alegações trazidas a lume, como medida de obediência ao sistema normativo vigente, transparência e justiça, para o fim de:

- ☐ Rever a análise técnica que culminou na desclassificação da RC Móveis;
- ☐ Anular e revogar a decisão da desclassificação da empresa RC Móveis – item 01.
- ☐ Desclassificar a empresa Stryker tendo em vista que ofertou equipamento totalmente em desacordo com o edital.
- ☐ Homologar e adjudicar o objeto item 01 – Carro Maca Hospitalar em favor da empresa RC Móveis pois ofertou MENOR VALOR, e, o MODELO OFERTADO POSSUI TODAS AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Capivari, 13 de Julho de 2022

R.C. Móveis Ltda
Clélia Machado Pinto Corrêa
Representante Legal”

CONTRARRAZÕES

“AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 952/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2158/2022

STRYKER DO BRASIL LTDA., sociedade empresária por quotas de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o número 02.966.317/0002-93, sediada na Rua Urussuí, 300 – Térreo, 6º, 7º e 8º andares – Itaim Bibi, no município e Estado de São Paulo, com filial inscrita no CNPJ/MF sob o número 02.966.317/0002-93, localizada na Av. Portugal, 1.100 – Parte C29, Itaquí, no município de Itapevi e Estado de São Paulo, por sua representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento com base no item 13.6 do edital, Art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2002, aplicando subsidiariamente a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 e suas alterações e demais dispositivos do Edital, apresentar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra o inconsistente recurso proposto pela empresa R.C. Móveis Ltda., perante essa distinta instituição que deforma absoluta e coerente declarou a contrarrazoante vencedora do processo licitatório em pauta.

1. DA TEMPESTIVIDADE

O respeitável julgamento das contrarrazões apresentada, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima instituição, onde a todo o momento demonstraremos nosso direito líquido e certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

A Contrarrazoante faz constar o seu pleno direito as Contrarrazões ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação.

A Contrarrazoante solicita que o Ilustre Sr. Pregoeiro e esta douta comissão de Licitação, reconheça a fragilidade do RECURSO e analise todos os fatos apontados, que só validam essa contrarrazão.

Art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2002 XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Decreto Nº 5.450/2005, Artigo 26 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

Conforme pode ser verificado no portal Comprasnet, a abertura do prazo para apresentação das razões do recurso se deu no dia 12/07/2022, encerrando dia 14/07/2022 e iniciando o prazo das contrarrazões, que encerra em 19/07/2022. Portanto, tempestiva a presente peça.

2. DOS FATOS

AS RECORRENTES motivaram, na data de 11/07/2022, as seguintes intenções de recurso:

RC Móveis LTDA

"Temos intenção de recurso perante a nossa desclassificação uma vez que atendemos ao solicitado em edital em relação as grades, o qual demonstraremos em nosso recurso."

No recurso apresentado pela RC Móveis LTDA, a mesma alega que a STRYKER DO BRASIL LTDA não atende ao edital, demonstrando, claramente, conforme vamos apontar, um profundo desconhecimento das exigências técnicas apresentadas no diploma editalício, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório.

A CONTRARRAZOANTE é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP



propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido pelo edital, tendo sido, portanto, considerada habilitada, classificada e posteriormente declarada vencedora do presente processo. E como tal, levando em consideração, o que os recorrentes manifestaram mediante razões aos recursos, a CONTRARRAZOANTE busca sempre a transparência nos seus atos praticados, descreve suas contrarrazões.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o parecer técnico foi extremamente competente no julgamento da reprovação do produto do RC Móveis LTDA, assim como na aprovação do produto superior da Stryker.

De forma organizada em tópicos, iremos abordar todos os pontos alegados pela Recorrente, de modo a deixar bem claro a acertada decisão do Nobre Pregoeiro quando reprovou o produto da RC Móveis LTDA e aprovou o equipamento da STRYKER DO BRASIL LTDA.

3. DO RECURSO DA RC MÓVEIS LTDA

a) Do desatendimento do sistema de proteção antiesmagamento

Inicialmente, no recurso da RC Móveis LTDA, a mesma afirma que cumpre a exigência de proteção antiesmagamento e que houve um erro de interpretação textual.

Ora Nobre comissão, nesse aspecto é claro a intenção da Licitante de levar a equipe técnica ao erro, haja vista que percebe-se que não é encontrado em nenhum documento técnico da RC Móveis o atendimento ao exigido no edital. Observa-se que as alegações da licitante são inverídicas quando nem ela consegue apontar onde encontra-se a indicação do sistema de proteção de antiesmagamento.

Portanto, não se pode falar em cumprimento do edital, haja vista que o equipamento da RC Móveis descumpe a destinação do produto.

b) Da desconformidade dos freios das rodas

Além do ponto que causou a desclassificação da RC Móveis LTDA, ainda existem outros a serem observados.

Na questão do sistema de freios das rodas, o edital pede:

Ocorre que essa exigência não é atendida pela RC Móveis, conforme verifica-se na divergência entre sua proposta e a imagem de seu produto:

Percebe-se que existe sistema de freio apenas nas extremidades da cabeceira, desatendendo o exigido no edital.

b) Da desconformidade das Manoplas Articuláveis



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP



Outro ponto que a RC Móveis está em desacordo com o edital é quanto as manoplas articuláveis.

O edital exige:

Conforme pode ser verificado na proposta da RC Móveis e na imagem de seu produto, a maca da Recorrente temalças fixas e não manoplas articuláveis:

c) Da desconformidade da altura máxima e mínima

Outro ponto que o produto da RC Móveis desatende o edital é quanto as alturas máxima e mínima da maca.

O edital exige:

Ocorre Ilma. Comissão, que existe divergência da proposta e o site da empresa. Percebe-se que, mesmo com avariação de 5%, o produto da RC Móveis não atende a exigência do edital:

Proposta:

Site da empresa:

Fonte de consulta <https://rcmoveis.com.br/interna/222/rc-324-maca-com-elevacao-hidraulica/121>

d) Da conformidade da Maca Stryker com as exigências editalícias:

Ainda no recurso da RC Móveis, a mesma cita que o equipamento da Stryker não cumpre as exigências editalícias.

Ocorre que a Recorrente demonstra um total desconhecimento a documentação técnica apresentada pela Stryker, pode ser facilmente percebido, na análise do catálogo e manual de usuário, que o equipamento da Stryker atende todos os requisitos do edital.

Apenas para maior esclarecimento, vai em anexo, uma carta da fábrica da Stryker, evidenciando a questão de antiestresse ou do sistema Glideaway da maca ST1X, onde consta o material composto a maca, grade em aço inox e o comprimento da Grade lateral.

Em face do exposto, resta claro que o Recurso apresentado pela RC Móveis LTDA é totalmente infundado, devendo ser desconsiderado por esta Nobre Comissão de Licitação.

4. DO DIREITO

O procedimento licitatório tem como característica principal, a escolha de empresa para executar um contrato pretendido pela Administração. Essa escolha deve ser feita dentro de parâmetros previamente definidos no edital, os quais são imutáveis depois de apresentadas as propostas. A CONTRARRAZOANTE, indiscutivelmente, atendeu às determinações do edital, portanto, habilitada para participar desse certame, assim como para ser declarada vencedora do certame.

O procedimento a ser seguido no certame licitatório deve transcorrer exatamente conforme determina o edital, é o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, que a Lei de Licitações, Lei 8.666/93, traz, juntamente com a própria definição de licitação, logo no seu terceiro artigo. Assim é a redação do Artigo 3º da Lei 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada EM ESTRITA CONFORMIDADE com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da VINCULAÇÃO ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (grifos nossos)

Interessante, também, é reproduzir o que foi escrito pelo respeitadíssimo Prof. Dr. Celso Antônio Bandeira de Mello, Curso de direito administrativo, 5 ed., São Paulo: Malheiros, 1994, pp. 271 e 272:

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como aliás, está consignado no art. 41 da lei 8.666.”

“O princípio do julgamento objetivo, almeja como é evidente, impedir que a licitação seja decidida sob o influxo do subjetivismo, de sentimentos, impressões ou propósitos pessoais dos membros da comissão julgadora.” (grifos nossos)

Também seria interessante transcrevermos as palavras do eminente conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Antonio Roque Citadini, Comentários e jurisprudência sobre a lei de licitações públicas, 2. ed – São Paulo: Editora Max Limonad. 1997, pp 319:

“Como afirmado, a primeira verificação diz respeito à conformidade das propostas com o ato convocatório, não podendo a Administração se afastar das condições e exigências que fez, igualmente a todos quanto se interessassem. Não pode, por isso, inovar ou mudar, quer acrescentando, quer diminuindo aquelas exigências. Disto resulta o especial cuidado na elaboração do ato de convocação, o qual não pode ter redação ambígua, que impeça sua correta interpretação, pois, só é aceitável a desclassificação por motivo relevante, do qual se possa, com clareza, demonstrar a afronta a requisito objetivo do ato convocatório.” (grifos nossos)

Com doutrina e legislação apresentadas, resta claro a regularidade e atendimento da Recorrida ao disposto no Edital, assim como os vários pontos onde a Recorrente desatende ao Edital, devendo o

Recurso ser indeferido, mantendo a decisão que declarou a Stryker vencedora do certame.

5. DO PEDIDO E REQUERIMENTOS

Assim, conforme restou claro nesta peça requer-se não seja conhecido o recurso administrativo dada suas inconsistências de fatos alegados.

Caso não seja este o entendimento dessa douta comissão, requer-se sejam negado provimento ao recurso, tendo em vista que seus argumentos não condizem com a realidade consoante, aduzido nestas contrarrazões.

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

São Paulo, 19 de julho de 2022.”

Pois bem!

Tratando-se de análise técnica, os fatos relatados pela empresa recorrente, foram encaminhados para apreciação da Equipe Técnica, cuja é a competência para solicitar e analisar documentos de quesito técnico inclusive a análise técnica da proposta.

Passaremos aos esclarecimentos e manifestações do que compete à análise da Equipe Técnica. Considerando que a pregoeira não detém conhecimento técnico específico para julgar os quesitos técnicos exigidos em Edital, daí a necessidade de segregar as competências no processo licitatório resguardando o fiel cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Para isso, encontramos amparo no Acórdão 135/2005 Plenário:

“É obrigatório que a Comissão Permanente de Licitação não delegue competências exclusivas de sua alçada, tais como habilitação e julgamento das propostas, para outras unidades da empresa, conforme preconiza o art. 6º, inciso XVI, c/c o art. 45, todos da Lei 8.666/1993, ressalvada a possibilidade de solicitar parecer técnico ou jurídico relativo à matéria submetida à sua apreciação.”

Corroborado pelo Acórdão 1182/2004 Plenário:

“Possibilite a participação de profissionais legalmente habilitados na Comissão de Licitação, sempre que a especificidade do objeto assim o justifique, em cumprimento do disposto no art. 51 da Lei 8.666/1993.”



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP



Neste sentido, o instrumento convocatório aponta que qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos são de atribuição da equipe técnica.

Dito isto, vejamos:

A Equipe Técnica emitiu parecer conforme segue:

“RC Moveis:

(grifo **RC Moveis**) - *SISTEMA CONSTRUTIVO ATRAVÉS DE BALAUSTRAS, ou seja, o desenho de construção dos balaústres, não sendo retos, aplicado ao MOVIMENTO DO TIPO ESCAMOTEÁVEL é o que garante que este sistema não gera aprisionamento, atrelado a isso, a trava da grade é um SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO bastando puxar que já ocorre o travamento, não gerando, portanto, aprisionamento dos dedos e mãos.*”

Resposta: Conforme manual/catálogo apresentado, não há evidência do sistema de proteção antiesmagamento.

-Informo que foram constatadas pela contrarrazão, e comprovadas por esta comissão, outros pontos em que a empresa RC moveis não atende ao descritivo com o equipamento ofertado:

-Edital solicita:

- Possuir sistema central de freio (um único pedal trava todas as rodas simultaneamente) e de direção acionados através de pedal localizados nas extremidades da cabeça, dos pés e laterais;

RC moveis, ofertou:

Conforme imagem do manual/catálogo, existe sistema de freio apenas nas extremidades da cabeceira.

-Edital solicita:

- Possuir manoplas articuláveis em formato ergonômico para facilitar o transporte, localizadas na cabeceira, em material resistente e lavável;

RC moveis, ofertou:

Conforme imagem de seu produto(manual/catálogo), a maca possui alças fixas e não manoplas articuláveis;

RC Moveis:

(grifo **RC Moveis**) - “Como pode-se constatar em sua proposta na página 3, onde a concorrente traz o descritivo técnico do material, está claro que o produto ofertado está em total desacordo com as características solicitadas em edital”

Resposta: O equipamento ofertado pela empresa STRYKER, embora não conste na proposta na íntegra, a proposta informa o modelo ofertado, o qual ao verificar o manual/catálogo foi constatado que atende ao edital em todos os pontos, inclusive supera em alguns requisitos.

- Parecer técnico: O equipamento ofertado pela empresa STRYKER, está em acordo com as características editalícias; sendo assim, tornam-se improcedentes as solicitações da empresa RC MOVEIS.”

Considerando a alegação da recorrente, as contra-razões da empresa Stryker, o parecer da equipe técnica e análise dos autos, conclui-se que a desclassificação da empresa RC Móveis para o item 01 será mantida, tendo em vista que o produto ofertado não atende as características solicitadas em edital. Quanto a classificação da empresa Stryker para este mesmo item, esta decisão também será mantida considerando que o produto ofertado por ela é compatível com o solicitado em edital, comprovação esta presente no catálogo e manual do produto anexado a documentação.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo o presente recurso, por ser tempestivo, contudo, no mérito, julgo-o improcedente, negando-lhe provimento, mantendo a decisão da desclassificação da empresa RC Móveis e a classificação da empresa Stryker para o item 01.

À elevada apreciação do Diretor Geral, considerando os apontamentos desta subscritora.

Atenciosamente,

Pregoeira